



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA**

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

**ANEXO I-B**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação do Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI, visando à delegação e execução dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, comestíveis ou não, e seus derivados, por meio do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMVALPI, para estabelecimentos registrados ou que venham a se registrar no sistema.

| ITEM                     | ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS   | UNID.         | QUANT. | Valor Unitário        | Valor Total    |
|--------------------------|---|---------------|--------|-----------------------|----------------|
| 0001                     | Prestação de serviços especializados de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, comestíveis ou não, e seus derivados, a serem executados pelo Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI, por meio do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMVALPI, abrangendo as atividades de fiscalização, inspeção, orientação técnica, registro e acompanhamento dos estabelecimentos que produzem, manipulam ou comercializam produtos de origem animal, bem como a emissão de certificados e demais documentos comprobatórios, em conformidade com a legislação sanitária vigente, visando atender às demandas do Município, pelo período de 4 (quatro) anos. | SERVIÇO       | 42     | R\$ 5.573,46          | R\$ 234.085,32 |
| <b>Valor total (R\$)</b> |   |               |        | <b>R\$ 234.085,32</b> |                |
| PARCELA                  | DATA  | VALOR TOTAL   |        |                       |                |
| 1                        | 10/03/2026  | R\$ 10.177,62 |        |                       |                |
| 2                        | 10/04/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 3                        | 11/05/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 4                        | 10/06/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 5                        | 10/07/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 6                        | 10/08/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 7                        | 10/09/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |
| 8                        | 12/10/2026  | R\$ 5.088,81  |        |                       |                |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA**

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

|    |            |               |
|----|------------|---------------|
| 9  | 10/11/2026 | R\$ 5.088,81  |
| 10 | 11/01/2027 | R\$ 10.177,62 |
| 11 | 10/02/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 12 | 10/03/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 13 | 12/04/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 14 | 10/05/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 15 | 10/06/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 16 | 12/07/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 17 | 10/08/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 18 | 10/09/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 19 | 11/10/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 20 | 10/11/2027 | R\$ 5.088,81  |
| 21 | 10/01/2028 | R\$ 10.177,62 |
| 22 | 10/02/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 23 | 10/03/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 24 | 10/04/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 25 | 10/05/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 26 | 12/06/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 27 | 10/07/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 28 | 10/08/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 29 | 11/09/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 30 | 10/10/2028 | R\$ 5.088,81  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA**

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

|    |            |               |
|----|------------|---------------|
| 31 | 10/11/2028 | R\$ 5.088,81  |
| 32 | 10/01/2029 | R\$ 10.177,62 |
| 33 | 12/02/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 34 | 12/03/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 35 | 10/04/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 36 | 10/05/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 37 | 11/06/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 38 | 10/07/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 39 | 10/08/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 40 | 10/09/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 41 | 10/10/2029 | R\$ 5.088,81  |
| 42 | 12/11/2029 | R\$ 5.088,81  |

1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns por apresentarem especificações usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme previsto no art. 6º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **4 (quatro) anos** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.4. Fundamento Legal: Art. 75, XI, Lei Federal 14.133/2021, dispõe:**

**XI** - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. INSERIR A FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO OBJETO (OBSERVAR O DISPOSTOS NO ITEM 03 DO TP)**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

A contratação é necessária para garantir a adequada execução dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, comestíveis ou não, e seus derivados, produzidos ou comercializados no Município, conforme determina a legislação sanitária vigente. Tais atividades são essenciais para assegurar a qualidade e a segurança alimentar, proteger a saúde da população e permitir a regularização e funcionamento dos estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal. O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI possui estrutura técnica e equipe habilitada para a execução dos serviços por meio do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMVALPI, proporcionando padronização dos procedimentos, orientação técnica aos produtores e atendimento às exigências legais. Assim, a contratação é indispensável para garantir a fiscalização sanitária, o cumprimento da legislação e a continuidade das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao desenvolvimento da produção local.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

INSERIR AS INFORMAÇÕES INERENTES A SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (OBSERVAR O ITEM 6 E 7 DO ETP)

A solução consiste na contratação do Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI para execução dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, comestíveis ou não, e seus derivados, por meio do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMVALPI.

A prestação compreenderá as atividades de fiscalização sanitária, inspeção industrial, registro e acompanhamento dos estabelecimentos produtores ou manipuladores de produtos de origem animal, orientação técnica aos produtores, bem como a emissão de certificados, registros e demais documentos necessários à regularização sanitária.

O serviço também envolverá a verificação das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, dos processos produtivos e dos produtos comercializados, assegurando que estejam em conformidade com a legislação sanitária vigente.

A solução consorciada possibilita a atuação integrada entre os municípios participantes, com equipe técnica especializada, padronização dos procedimentos de inspeção e otimização dos recursos administrativos, garantindo a adequada execução das atividades de fiscalização sanitária e a segurança dos produtos destinados ao consumo.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1 Sustentabilidade**

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Nesse sentido, a empresa contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, disponibilizando equipamentos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

com tecnologia de baixo consumo energético e promovendo a correta gestão de resíduos eletrônicos oriundos de eventuais substituições de dispositivos...

### 4.2 Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação não será exigida a indicação de marcas ou modelos específicos, tendo em vista que as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência são suficientes para garantir a compatibilidade, a funcionalidade e a qualidade dos serviços a serem contratados. A definição por desempenho e características técnicas permite ampla concorrência entre fornecedores e assegura o atendimento da necessidade administrativa sem restringir o objeto a fabricantes determinados.

### 4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

Não há vedação ao fornecimento de marcas ou produtos específicos, desde que atendam integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e estejam em conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

### 4.4 Da exigência de amostra

Não será exigida a apresentação de amostras, tendo em vista que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência são objetivas, claras e suficientes para orientar a formulação das propostas e a avaliação da conformidade dos itens ofertados. Além disso, os produtos a serem adquiridos são padronizados, amplamente disponíveis no mercado e regulamentados por normas técnicas e sanitárias, o que permite à Administração aferir sua adequação por meio da documentação exigida na fase de habilitação e da análise da proposta apresentada.

### 4.5 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

### 4.6 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que se trata de aquisição de serviços padronizados e de entrega imediata ou parcelada em curto prazo, com risco reduzido de inadimplemento e ampla disponibilidade dos itens no mercado, o que torna desnecessária a exigência dessa garantia para proteção do interesse público.

### 4.8 Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

Não se aplica.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de Entrega

5.1.1 Os serviços de **inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal** deverão ser executados de forma contínua durante toda a vigência contratual, observando os procedimentos técnicos e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

operacionais estabelecidos pelo **Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI**, por meio do **Serviço de Inspeção Municipal – SIM/CIMVALPI**, em consonância com as necessidades do Município.

5.1.2 As atividades de inspeção e fiscalização serão realizadas nos estabelecimentos produtores ou manipuladores de produtos de origem animal indicados pela Administração Municipal ou que venham a solicitar registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal, em periodicidade definida pelo planejamento técnico do consórcio, garantindo regularidade e continuidade das ações de fiscalização sanitária.

5.1.3 A execução do serviço compreenderá a realização de inspeções sanitárias, verificação das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, análise dos processos produtivos, registro e acompanhamento dos empreendimentos, bem como a orientação técnica aos responsáveis pelos estabelecimentos quanto ao cumprimento das normas sanitárias aplicáveis.

5.1.4 O contratado deverá disponibilizar **equipe técnica qualificada**, composta por profissionais habilitados para realização das atividades de inspeção e fiscalização sanitária, bem como os meios técnicos e administrativos necessários à execução integral do serviço.

5.1.5 A responsabilidade pela execução das atividades de inspeção sanitária será do contratado no âmbito das atribuições estabelecidas no contrato e na legislação aplicável, incluindo a realização das inspeções, a emissão de registros, certificados e demais documentos sanitários necessários à regularização dos estabelecimentos.

5.1.6 O acompanhamento e fiscalização dos serviços serão realizados pela Administração Municipal, que poderá solicitar relatórios, documentos e informações necessárias à verificação da regularidade da execução contratual.

5.1.7 A vigência contratual será de **4 (quatro) anos**, durante os quais o serviço deverá ser prestado de forma contínua, garantindo atendimento às demandas do Município relacionadas à inspeção sanitária de produtos de origem animal.

5.1.8 O pagamento será realizado **mensalmente**, mediante comprovação da execução regular dos serviços no período correspondente, condicionada à apresentação da documentação comprobatória, relatórios técnicos quando aplicável e ao atesto do fiscal do contrato designado pela Administração Municipal.

5.1.9 O recebimento dos serviços será efetuado de forma contínua, considerando-se a regularidade das atividades de inspeção e fiscalização realizadas, bem como a emissão dos registros, certificados e relatórios técnicos correspondentes.

### 5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 6.1 Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora, a Sra. **Maria Aparecida Miranda Lana**.

#### 6.2 Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

### 6.3 Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### 6.4 Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

6.4.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.4.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega e apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, exclusivamente para fins de conferência inicial e posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

Os serviços que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas ou com as condições estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser recusados, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados da notificação formal, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante verificação da regularidade da entrega, da qualidade e quantidade dos materiais, formalizada por termo de recebimento definitivo lavrado pela Administração.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 7.1 Liquidação

Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para fins de liquidação será de até **30 (trinta) dias**, prorrogáveis, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das exigências contratuais.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.1.1 o prazo de validade;

7.1.2 a data da emissão;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

- 7.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.1.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.1.5 o valor a pagar; e
- 7.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.1.7 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.1.8 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.2 Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão/finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

### 7.3 Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7.4 Antecipação de pagamento

Não será permitida a antecipação de pagamento, ainda que parcial, sendo o adimplemento condicionado ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

### 7.5 Cessão de Crédito

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.5.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.5.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.5.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

7.5.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de **procedimento de contratação direta**, na modalidade de **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da celebração de **contrato de programa com entidade da Administração Pública indireta integrante de consórcio público**, para execução de serviços de forma associada.

Dessa forma, não se aplica critério de julgamento por menor preço, sendo a formalização da contratação condicionada à demonstração da compatibilidade e razoabilidade dos valores praticados pelo **Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI**, mediante apresentação de documentos que comprovem a composição dos custos e a conformidade com os parâmetros técnicos e administrativos adotados pelo consórcio.

### 8.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordens de Fornecimento durante a vigência contratual

### 8.3 Critérios de aceitabilidade de preços

O critério de aceitabilidade dos preços unitários máximos será aquele constante na tabela de itens descrita no item 1.1 deste Termo de Referência, não se aplicando critério de julgamento por menor preço, em razão da natureza da contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A aferição da adequação dos valores será realizada mediante justificativa de preço, considerando a compatibilidade com os valores praticados pelo Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI junto aos entes consorciados, bem como por meio da análise de documentos comprobatórios que demonstrem a razoabilidade dos preços e sua conformidade com a estrutura de custos do serviço.

### 8.4 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.4.1 Habilitação jurídica

**8.4.1.1** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.1.2** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

**8.4.1.3** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.1.4** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.4.1.5** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.1.6** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.4.1.7** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

**8.4.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.4.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

**8.4.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.4.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.4.2.5** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**OBS:** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA**

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.4.3 Qualificação Econômico-Financeira**

**8.4.3.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**8.4.3.2** Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial nem de outros documentos contábeis para fins de habilitação econômico-financeira, por se tratar de contratação com entrega parcelada e de baixo risco financeiro à Administração, cujos valores unitários não justificam a aferição da capacidade econômico-contábil das licitantes por meio desses instrumentos. A medida observa o princípio da razoabilidade e está em conformidade com o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como com a jurisprudência do TCU que veda exigências desproporcionais que possam restringir a competitividade do certame.

### **8.4.4 Qualificação Técnica**

**8.4.4.1** Atestado de capacidade técnica emitido por órgão público ou privado que comprove entrega de produtos similares ao objeto desta licitação, com capacidade técnica, quantidades e qualidades semelhantes ao objeto, nos termos do art. 67 da lei federal 14.133/2021.

Obs.: O atestado poderá ser averiguado via diligência caso haja indícios de falsificação ou problemas com a assinatura correspondente.

### **8.5 Disposições gerais sobre habilitação**

**8.5.1** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.5.2** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.5.3** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.5.4** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

Rua Álvaro de Barros, 401 - Centro - CEP: 36.550-000 - COIMBRA – MG.

CNPJ: 18.132.464/0001-17 - Tele fax: (32) 3555-1152 / 3555-1214

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 234.085,32** (duzentos e trinta e quatro mil e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), conforme as parcelas compostas na tabela, deste termo de referência.

OBS: De acordo com a tabela de valores das parcelas o valor total seria de **R\$ 234.085,26** (duzentos e trinta e quatro mil e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos), pelo fato do sistema arredondar o valor da contratação será de R\$ 0,06 (seis centavos) a maior.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para a contratação correspondente, encontra-se especificada abaixo:

| Dotação                                 | Fonte     | Descrição                            | Valor (R\$)           |
|---|-----------|--------------------------------------|-----------------------|
| 3.3.72.39.00.2.02.01.18.542.0026.2.0014 | 1.500.000 | CIMVALPI DESTINAÇÃO RESÍDUOS SÓLIDOS | <b>R\$ 234.085,32</b> |

### 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Coimbra-MG, 13 de março de 2026.

---

**Hudson Caio Martins**  
Diretor de Agropecuária e Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Coimbra/MG